

Pedofilia na internet: cartões serão bloqueados

Empresas de cartão de crédito se comprometeram a criar mecanismos de bloqueio de compras pela internet de material pornográfico com crianças e adolescentes, além de informar as operações às autoridades. Termo de cooperação foi assinado com a CPI da Pedofilia, a ONG Safernet, a Polícia Federal, o Ministério Público e conselho de procuradores-gerais. **7**



Presidente da CPI, Magno Malta (2º à dir.), comemorou acordo e considerou que medidas intimidarão pedófilos na rede

Waldemir Rodrigues

Comissão discutirá importação de lixo europeu

Presidentes da Anvisa e do Ibama deverão ser ouvidos pela Comissão de Meio Ambiente sobre a exportação para o Brasil de contêineres de lixo de países europeus. A realização de audiência pública para debater o tema foi aprovada ontem pelo colegiado. **7**

Debatedores querem definir perfil do produtor

O Estatuto do Produtor Rural deve ser elaborado com base no perfil do verdadeiro produtor, definido como aquele que tem vocação para trabalhar a terra. A tese foi defendida por especialistas que debateram o assunto na Comissão de Agricultura. **8**

Servidor nomeado por ato secreto fica sem salário

Pagamento é suspenso até que sejam avaliadas a legitimidade de cada uma das nomeações e a efetiva prestação de serviços. Senadores voltam a cobrar saída de Sarney, que promete para hoje resposta a todas as acusações. Conselho de Ética se reúne às 15h. **4 e 5**



Sarney (que conversa em Plenário com ACM Júnior, Tasso Jereissati, Flexa Ribeiro e João Durval) deve falar na sessão de hoje

Gerardo Magela

Projeto incentiva exame médico na escola

A Comissão de Educação aprovou proposta que cria a Semana Nacional de Saúde na Escola, a ser realizada sempre no início de agosto. Os alunos dos ensinos fundamental e médio passariam por avaliações de saúde bucal, nutricional, visual e auditiva. **7**

Suplicy cobra readmissão de funcionários da Embraer

Eduardo Suplicy cobrou, em audiência sobre a Embraer na CAE, a readmissão de 4 mil empregados dispensados pela empresa após a crise econômica global. O senador disse que a situação melhorou, mas o representante da empresa apontou retração nas atividades. **6**

Senadores saúdam unificação das Forças Armadas

Passagem do décimo aniversário da criação do Ministério da Defesa foi destacada em sessão do Congresso. **2**

Tuma preside sessão com presença de Jobim e comandantes militares



J. Freitas

Em sessão de homenagem aos 10 anos de criação do Ministério da Defesa, senadores destacam o trabalho dos militares e pedem mais investimentos na Marinha, no Exército e na Aeronáutica

Unificação das três Forças foi um avanço, dizem senadores

A UNIFICAÇÃO DAS três Forças Armadas representou um importante avanço no estado democrático de direito brasileiro, destacou o 1º secretário do Senado, Heráclito Fortes (DEM-PI), autor do requerimento de sessão conjunta do Congresso em homenagem ao décimo aniversário de criação do Ministério da Defesa, realizada ontem.

– A unificação foi decisiva para o desembaraço e o sucesso das novas forças militares, por justiça e coesão – afirmou.

Na ocasião, o senador também disse que as Forças Armadas exercem papel importante dentro do jogo político do país, porém circunscrito ao campo institucional. Heráclito relatou que, quando presidiu a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), teve “excelente convívio” com as três Forças e buscou obter recursos orçamentários para viabilizar sua modernização, “ainda necessária”.

Romeu Tuma (PTB-SP) destacou o trabalho do Exército, da Marinha e da Aeronáutica na defesa das fronteiras brasileiras contra o narcotráfico, em especial na Amazônia, parte dele em conjunto com a Polícia Federal; o trabalho de atendimento médico e o combate à malária em regiões inóspitas onde as populações não têm acesso aos centros hospitalares; e o projeto Calha Norte, de defesa da soberania.

A segunda vice-presidente do Senado, Serys Slhessarenko (PT-MT), saudou os ministros que passaram pela pasta ao longo dos dez anos e as mulheres que trabalham nas Forças Armadas, que, segundo ela, ainda são poucas, mas com “representação significativa” e que atuam



Jobim (E) e comandantes militares participam da sessão solene do Congresso requerida por Heráclito (foto menor)

com competência e compromisso. Sérgio Zambiasi (PTB-RS), por sua vez, avaliou que a atuação do Ministério da Defesa representa um conjunto estratégico para a segurança e o desenvolvimento do país, com a proteção de fronteiras, levando cidadania a pontos remotos com ações educativas e humanitárias, estratégias e operações militares e atividades dentro da política de defesa nacional. Ele destacou, entre outros, o trabalho da Infraero, a missão de paz do Exército no Haiti, o Projeto Rondon, o apoio às vítimas das enchentes em Santa Catarina, a assistência às populações ribeirinhas na Amazônia e o trabalho do 5º Comando da Aeronáutica no Rio Grande do Sul.

O senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) pediu maior investimento nas Forças Armadas e apelou ao governo no sentido de que os recursos orçamentários destinados à pasta não sejam contingenciados.

A mesa da solenidade foi compos-



ta pelo ministro da Defesa, Nelson Jobim; pelo senador Romeu Tuma, na presidência dos trabalhos; pelo diretor-geral da Câmara dos Deputados, Mozart Vianna; e pelos comandantes das três Forças: Juniti Saito, da Aeronáutica; Enzo Martins Peri, do Exército; e Almir Júlio Soares de Moura Neto, da Marinha.

José Alencar

Ao final da cerimônia, Romeu Tuma prestou uma homenagem, em nome dos parlamentares e do ministro Nelson Jobim, ao ex-ministro da Defesa e vice-presidente da República, José Alencar, por sua “recuperação corajosa e permanente em luta contra a doença”.

Azeredo: Itamaraty pode perder tradição de mediador



Azeredo critica tolerância com a militarização da Venezuela

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), Eduardo Azeredo (PSDB-MG) afirmou que a tradição de mediador do Ministério das Relações Exteriores, adquirida graças a sua imparcialidade, foi colocada em xeque.

– Não tem sentido o Brasil criticar a atuação da Colômbia e, ao mesmo tempo, ser tolerante com a militarização da Vene-

zuela – afirmou, lembrando os US\$ 20 bilhões que a Venezuela gastou em equipamentos para suas Forças Armadas.

O senador lembrou ainda que o governo colombiano apreendeu armas antitanques suecas com integrantes das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc). Os números de série dessas armas são os mesmos de um lote vendido à Venezuela na

década de 1980.

Eduardo Azeredo criticou o ministro Celso Amorim por ter dito que este é um episódio “desse tamanho”.

Para Azeredo, a permissão do governo colombiano para que os Estados Unidos operem bases militares no país não é “um prelúdio à invasão”, pois haverá menos de 2 mil instrutores americanos no país, a maioria deles civil.

Região Norte é vista como quintal da nação, diz Mozarildo

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) criticou o que considera um descaço do governo federal para com seu estado. O senador afirmou que é “reduzido” o volume de investimentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) em Roraima e na região Norte como um todo.

Para Mozarildo, o BNDES deveria ser instituição voltada à eliminação de desigualdades regionais. No

ano passado, entretanto, o BNDES investiu 80% no Sul e no Sudeste e 20% nas outras regiões, segundo o senador.

Outro exemplo citado por ele foi o do combate às epidemias: “Estamos hoje vendo o mundo todo apavorado com a Influenza A. Cada vida é um valor imenso que se perde. Mas comparemos: quantas mortes há na Amazônia de malária, de dengue e de outras doenças infec-

ciosas, até tuberculose?”

Ele lamentou que a Amazônia, correspondendo a 61% do território nacional, tenha recebido “tão pouco apoio da área federal, não só no governo Lula, mas também de administrações anteriores”. Ele considera, porém, que Lula “aprofundou o descaço com a Amazônia e com os 25 milhões de brasileiros que ali residem”.

– A região Norte é vista como quintal da nação.



Mozarildo afirma que o BNDES investe mais no Sul e no Sudeste

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário debate responsabilidade social

A sessão deliberativa tem início às 14h. Na pauta, cinco propostas de emenda à Constituição. Entre elas, está a PEC 7/08, determinando que os objetivos da ordem social – de bem-estar e justiça social – serão avaliados por meio de indicadores de responsabilidade social a serem estabelecidos em lei complementar.

Agenda do presidente

O presidente do Senado Federal, José Sarney, preside às 16h a ordem do dia da sessão plenária.

CCT analisa combate a telefone em prisão

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) se reúne às 8h30. Na pauta, projeto determinando que quem levar telefones, rádios e similares para dentro de estabelecimentos penais ficará sujeito a pena de prisão de dois a cinco anos. Se a pessoa que cometer o crime for funcionário público, a pena é aumentada em um terço. Trinta outros projetos incluídos na pauta tratam da concessão para a exploração de serviços de radiodifusão.

CE debate revalidação de diploma

Projeto sobre a revalidação de diplomas expedidos por universidades estrangeiras será debatido na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), às 10h. Entre os convidados, estão o coordenador-geral de Legislação e Normas da Educação Superior do Ministério da Educação, Samuel Martins Feliciano; o presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), Augusto Chagas, e o presidente da Associação Nacional dos Pós-Graduados em Instituições Estrangeiras de Ensino Superior, Vicente Celestino de França.

Meirelles fala à CAE sobre política de juros

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) ouve, às 10h, o presidente do Banco Central (BC), Henrique Meirelles, sobre a execução da política de juros.

CPI da Pedofilia ouve prefeito de Sebastião Barros

O prefeito de Sebastião Barros (PI), Geraldo Eustáquio Machado, será ouvido em audiência pública realizada pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pedofilia, às 10h.

Indenização de companhias aéreas

Às 9h30, a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) se reúne para analisar, entre os cinco itens da pauta, o projeto que assegura ao passageiro indenização em caso de atraso ou cancelamento de voos.

Demarcação de terras indígenas

Entre os 42 itens na pauta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que se reúne às 10h, está a PEC que atribui competência privativa ao Senado para aprovar processo sobre demarcação de terras indígenas. Outra PEC veda, por dez anos, limitações à execução das dotações orçamentárias destinadas ao reaparelhamento e à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico das Forças Armadas.

Escolha de banco para receber salário

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) se reúne às 11h. O primeiro item da pauta é o projeto que assegura o direito ao empregado de escolher a instituição financeira e a agência em que os empregadores depositarão sua remuneração. A comissão analisa ainda projeto que torna obrigatória a construção de creches nos conjuntos habitacionais destinados à população de baixa renda financiados por recursos públicos.

Lucena critica o atual sistema de partilha da receita da União

Cícero Lucena (PSDB-PB) manifestou ontem, da tribuna, preocupação em relação à partilha da receita total da União com os estados e os municípios. Ele disse que o Senado tem o dever de preservar a estabilidade da Federação e lembrou que, em fevereiro passado, fez um alerta ao governo federal para que editasse uma medida provisória que compusesse as receitas do Fundo de Participação dos Municípios e dos Estados.

O senador afirmou que a região Nordeste depende quase exclusivamente da receita do FPM e que a queda na arrecadação, consequência da crise financeira internacional, comprometeu muito a estabilidade econômica dos pequenos municípios.

Em aparte, Sérgio Guerra (PSDB-PE) disse que ao viajar pelo Nordeste encontrou uma situação de grande dificuldade,



Lucena: crise compromete estabilidade econômica dos pequenos municípios

como ainda não havia visto. Acrescentou que, embora o programa Bolsa Família seja "elogiável", o cidadão continuará a não ter acesso à educação nem à saúde. Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) afirmou que mais de 90% dos municípios brasileiros dependem do FPM. Cristovam Buarque (PDT-DF) sugeriu a federalização da carreira do magistério e um programa de qualidade educacional.

João Pedro registra reunião de organizações indígenas



João Pedro também destaca papel estratégico do Inpa para o Brasil

O senador João Pedro (PT-AM) destacou a eleição dos novos dirigentes da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiabi), na aldeia Krikat, em São José, no Maranhão. Como presidente foi eleito Marcos Apurinã, durante encontro que se realizou de 20 a 25 de julho último.

– A Coiabi, que tem 20 anos de existência, é a grande interlocutora dos índios no Brasil

– afirmou João Pedro.

O evento marcou, ainda, a criação da nova organização de mulheres indígenas – a União de Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira (Umiabi), cuja presidente é Conserlei Sumpre Xerente, do Pará.

João Pedro referiu-se também em seu discurso, à comemoração, no final de julho, dos 55 anos do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), criado em 1952 e aberto em 1954. A instituição tem hoje 12 coordenações de pesquisa dedicadas a temas como botânica, aquacultura, silvicultura, produtos florestais, clima e ciências humanas e sociais.

– O Inpa joga um papel estratégico na Amazônia e no Brasil, mas a sociedade pouco o conhece – observou o senador, que lembrou a dedicação dos pesquisadores trabalhando árdua e corajosamente no interior da região.

Mão Santa comenta denúncia de fraudes em estatal do Piauí

Documentos que comprovariam fraudes em licitações e a prática de lavagem de dinheiro na Empresa de Gestão de Pessoas e Recursos do Piauí (Emgerpi) foram entregues à Polícia Federal pelo estudante de Direito Jaylles Ribeiro Felon. A informação foi transmitida ao Plenário pelo senador Mão Santa (PMDB-PI), que comparou a presidente da empresa, Lucile Moura, que teria autorizado pagamento de obras não realizadas, à ministra Dilma Rousseff.

– A chefe Lucile Moura está para o governador do Piauí, Wellington Dias, como a ministra Dilma está para o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Ela é poderosa, mas o jornalista Luciano Coutinho publicou no *Diário do Povo* uma reportagem que trás a sequência de corrupções praticadas na Emgerpi –



Mão Santa: estudante entregou documentos à Polícia Federal

afirmou Mão Santa.

Segundo o senador, teria sido arquitetado um plano para assassinar o estudante Jaylles Felon, após ele ter denunciado as supostas falcaturas. O ex-chefe da segurança da Emgerpi, Marco Aurélio da Silva, foi preso pela PF sob a acusação de ter ordenado uma vigilância ilegal sobre o estudante de Direito.

Arns afirma a sindicalistas que ajudará no que for possível com vistas à aprovação da proposta, que aguarda votação na Câmara dos Deputados

Líderes sindicais pedem a redução da jornada

O PRESIDENTE DO Senado, José Sarney, recebeu no início da tarde de ontem um grupo de líderes sindicais que iniciou no Congresso Nacional campanha pela aprovação da proposta de emenda constitucional que reduz a jornada de trabalho de 44 para 40 horas. O senador afirmou que ajudará "no que puder" em relação à aprovação da matéria.

Sarney disse que, quando a PEC 231/95 chegar ao Senado

– a matéria aguarda exame da Câmara dos Deputados – dará andamento normal à matéria. O deputado Paulo Pereira da Silva (PDT-SP), mais conhecido como Paulinho da Força, foi quem apresentou o pedido dos sindicalistas ao presidente do Senado.

Em entrevista após o encontro com Sarney, o deputado disse que denúncias de irregularidades precisam ser apuradas, mas que o Congresso Nacional deve

cuidar "da vida real do país" e, por isso, os sindicalistas começaram pelo Senado a campanha pela aprovação da proposta.

– Pode até ter também uma campanha pela moralização do Congresso Nacional, mas tem questões que o Congresso tem que votar, que são do interesse da vida real dos brasileiros – afirmou Paulinho, ao ser questionado por jornalistas. Ele espera que a PEC seja votada na Câmara nos próximos 15 dias.



Deputado Paulinho da Força, acompanhado de lideranças de trabalhadores, faz pedido a Sarney em favor da proposição

Arns quer maior acesso a remédio contra gripe A

Flávio Arns (PT-PR) defendeu alteração no protocolo de utilização do medicamento contra a gripe A, provocada pelo vírus H1N1, para que o remédio possa ser distribuído ao menor sinal de manifestação da doença.

A reivindicação será apresentada ao ministro da Saúde, José Gomes Temporão, que esteve ontem em Curitiba, por infectologistas que acompanham a evolução da enfermidade no Paraná, onde a gripe A já pode ter infectado mais de 50 mil pessoas, de acordo com estudos que acompanham a evolução da doença naquela unidade da Federação.



Arns: gripe A já pode ter infectado mais de 50 mil pessoas no Paraná

– Temos que exigir que o protocolo mude e que a medicação seja dada ao menor sinal de febre, dor de cabeça e dor de garganta. Isso diminui a intensi-

dade, a duração e a transmissão da gripe. Que nós tenhamos o protocolo alterado – pediu Flávio Arns, acrescentando que uma pessoa morre por dia em Curitiba em decorrência da gripe A, sendo que a maioria das vítimas tem entre 20 e 45 anos de idade.

Pesar

Em seu pronunciamento, Flávio Arns também apresentou requerimento com voto de pesar à família da professora e advogada Luciana Maria Helena Kister Querubim, falecida no último dia 3 na cidade de Morretes, no Paraná.

Maciel defende um novo acordo para combate ao efeito estufa

Marco Maciel (DEM-PE) defendeu em Plenário a celebração de um novo acordo internacional, no qual se incluía o Brasil, em substituição ao Protocolo de Kyoto, que expira em 2012, para a redução das emissões de gases causadores do efeito estufa.

Na avaliação do senador, o Brasil tem adotado políticas frontalmente contrárias às metas estabelecidas em Kyoto, como, por exemplo, os projetos relativos à construção de 68 termelétricas movidas a combustíveis fósseis, bem como a pouca prioridade dada ao combate ao desmatamento na região amazônica e no Cerrado.

Marco Maciel assinalou que o Brasil é um dos países em que o combate à emissão dos gases de efeito estufa poderia dar-se de

forma menos traumática e, portanto, também menos onerosa. Ele lembrou que cerca de 75% dessas emissões decorrem do desmatamento, principalmente na Amazônia e no Cerrado, e apenas 25% da queima de combustíveis fósseis, quando na maioria dos países esses percentuais são invertidos.

– Em outras palavras, já contamos com uma matriz energética bastante favorável no que diz respeito às metas que porventura tenhamos de adotar no futuro – disse.

Marco Maciel chamou a atenção para a impossibilidade de se pensar em desenvolvimento sustentável sem a inclusão das esferas ambiental e social. Fricou que os defensores do desenvolvimento a qualquer custo



Brasil adota políticas contrárias ao acordo de Kyoto, diz Marco Maciel

precisam se conscientizar sobre os custos altíssimos associados à destruição do meio ambiente.

Ele defendeu a redução dos níveis de consumo e desperdício, a reutilização de embalagens de vidros e cascos de bebidas, e a reciclagem de materiais, papéis e plásticos, a partir da coleta seletiva, como medidas para o combate às mudanças climáticas. Em aparte, Maciel foi apoiado por João Pedro (PT-AM).

Suspenso pagamento a funcionários nomeados por ato secreto

Medida só será revertida se forem comprovados a prestação do serviço e o interesse da permanência do servidor. Segundo Haroldo Tajra, nos casos em que as premissas de legitimidade, presença e interesse não sejam atendidas, o servidor será afastado e terá de devolver os valores recebidos



Haroldo Tajra (diante dos microfones) diz em entrevista que decisão atinge 79 pessoas, movimentadas por meio de 110 atos

OS FUNCIONÁRIOS NOMEADOS por atos que não tenham recebido a devida publicidade – os chamados atos secretos – terão seus pagamentos suspensos até que seja avaliada a legitimidade de cada uma das nomeações. Nos casos em que forem constatados a efetiva prestação do serviço e o interesse de sua manutenção, o ato de nomeação será convalidado e seu pagamento, liberado. O diretor-geral do Senado, Haroldo Tajra, explicou que a medida atinge 79 pessoas, movimentadas por meio de 110 atos não publicados. Ele ressaltou que, nos casos em que as premissas de legitimidade, presença e interesse não sejam atendidas, os servidores serão afastados e deverão ressarcir ao Senado os valores recebidos.

Em entrevista coletiva, Haroldo Tajra detalhou os termos do Ato 306/09, assinado pelo presidente do Senado, José Sarney, com data de 3 de agosto de 2009. Nele está definida a atuação administrativa a ser seguida para o cumprimento do Ato 294, de 14 de julho de 2009, em que Sarney determinou a anulação das nomeações de servidores por atos não publicados. O objetivo da nova decisão é evitar ofensa aos direitos de servidores que, apesar das falhas na publicidade de suas nomeações, estão em situação funcional correta, prestando efetivamente serviço.

O Ato 306/09 estabelece que cada caso será apurado individualmente. A legitimidade da nomeação para o cargo em comissão deverá ser

comprovada por documento da época. No caso de sua inexistência, ela deverá ser atestada pelo senador ou pelo titular do órgão de lotação ou exercício do funcionário. Será verificado se a nomeação não afronta qualquer dispositivo legal, especialmente as normas que restringem o nepotismo, e se a autoridade que firma a nomeação teria competência legal para fazê-la.

Outro aspecto a ser investigado pela Diretoria-Geral e pela Secretaria de Recursos Humanos é a regularidade da prestação dos serviços pelo servidor comissionado. O efetivo e regular comparecimento ao local de trabalho será atestado pelo senador ou pelo titular do órgão em que ele estiver lotado.

Da mesma maneira, o senador ou titular do setor de lotação ou exercício do funcionário deverá manifestar a conveniência de sua manutenção nos quadros do Senado. Se não houver a manifestação expressa, o funcionário será desligado. Caso todas essas exigências sejam atendidas, o ato de nomeação do funcionário será convalidado e seu pagamento, liberado.

Haroldo Tajra informou que, de acordo com o ato assinado pelo presidente do Senado, poderão ser caracterizados como lesão ao interesse público os casos em que a investigação determine que a nomeação não foi legítima ou que o funcionário não presta os serviços para os quais foi contratado. Os processos referentes a essas situações serão encaminhados à

Advocacia-Geral do Senado, para que seja providenciado o ressarcimento aos cofres públicos dos valores pagos por serviços não prestados.

Exceções

O diretor-geral do Senado esclareceu ainda os termos do Ato 308/09, também firmado por José Sarney. Nele estão determinadas excepcionais para a aplicação do Ato 294/09, que anula todos os 663 atos, veiculados em 312 boletins administrativos de pessoal (BAP) sem a devida publicidade.

Tajra explicou que 188 desses atos foram considerados legítimos, por haverem sido localizados no *Diário do Senado Federal* ou no Boletim Administrativo de Pessoal, cumprin-

do a determinação constitucional da publicidade. Entre esses, constam 36 atos relativos a decisões da Comissão Diretora do Senado.

De acordo com a pesquisa realizada pela Diretoria-Geral e pela Secretaria de Recursos Humanos, 119 desses atos foram publicados no *Diário do Senado Federal*, enquanto outros 33 constavam do BAP, ainda que com data posterior.

Haroldo Tajra ressaltou que a excepcionalidade não alcança o ato que aumentou a gratificação dos chefes de gabinete das secretarias do Senado de FC-07 para FC-08.

E está anulado o ato que igualou o plano de saúde dos titulares da Diretoria-Geral e da Secretaria-Geral da Mesa aos dos senadores.

OBSTRUÇÃO DA PAUTA

Jarbas: "Casa não deve votar nada até renúncia"

Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) disse, em entrevista, que buscará fazer com que o Senado não vote mais nenhuma proposta até que José Sarney renuncie ao cargo de presidente da Casa.

– É preciso parar as votações até que tudo se resolva – argumentou Jarbas Vasconcelos.

Na sua opinião, o âmbito para as explicações de Sarney, a partir de agora, é o Conselho de Ética.

O senador também fez críticas ao procedimento de Renan Calheiros (PMDB-AL) e Fernando Collor (PTB-AL) durante o discurso de Pedro Simon (PMDB-RS) na sessão de segunda-feira.

MANIFESTAÇÃO

Sindicalistas cobram saída de senador

Uma faixa estendida ontem na galeria do Plenário por membros do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e de entidades associadas à Coordenação Nacional de Lutas pediu a saída de José Sarney do cargo de presidente do Senado. Os manifestantes foram afastados do local a pedido de Adelmir Santana (DEM-DF), que presidia a sessão.

Arthur Virgílio (PSDB-AM) solicitou que os manifestantes fossem retirados pacificamente. Segundo o diretor da Polícia do Senado, Pedro Carvalho, eles foram retirados porque o regimento proíbe manifestações nas dependências da Casa.

O policial informou que será aberto inquérito sobre o caso.

LICENÇA



PT não mudou posição, afirma Mercadante

O líder do PT no Senado, Aloizio Mercadante (SP), disse ontem que seu partido se mantém favorável ao afastamento temporário do presidente da Casa, José Sarney, e que não mudou sua posição depois das manifestações feitas em Plenário, na segunda-feira, durante o discurso do senador Pedro Simon (PMDB-RS), a favor e contra Sarney.

Mercadante também informou que não haverá reunião da bancada. – Como nenhum senador pediu uma revisão da posição da bancada, não há razão para fazer reunião a fim de manter uma posição já tomada – afirmou o parlamentar.

Sarney vai à tribuna para responder acusações

“Vou ocupar a tribuna como senador, não como presidente, por isso não posso dizer a hora exata em que ocuparei a tribuna, já que tenho que obedecer a hora de ser chamado, de acordo com os trabalhos da Casa.” Essa foi a resposta do presidente do Senado, José Sarney, à sugestão de Eduardo Suplicy (PT-SP), que pediu a definição de um horário para seu pronunciamento.

A intervenção do senador por São Paulo se deu em virtude de Sarney ter comunicado que, na sessão deliberativa de hoje, responderá às afirmações feitas por Arthur Virgílio (PSDB-AM) e a todas as questões envolvendo o seu nome. Suplicy fez a solicitação de um horário determinado para que todos os senadores pudessem se programar para ouvir o que o presidente da Casa tem a dizer.

Eduardo Suplicy também pediu ao presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, senador Paulo Duque (PMDB-RJ), que adie para amanhã a reunião do órgão agendada para as 15h de hoje. A medida, disse Suplicy, iria ao encontro do que estabelece a Resolução 25/08, que regulamenta o Conselho de Ética, assegurando o direito de defesa a qualquer senador contra quem seja oferecida alguma representação.

– O pronunciamento poderá ser algo muito importante, principalmente se ocorrer antes da decisão do senador Paulo Duque, que, de acordo com a resolução, deve aceitar ou não as representações. Esse esclarecimento poderá ser fundamental até para a decisão dele – afirmou Suplicy.



“Vou ocupar tribuna como senador, não como presidente”

Partidos discutem pedido conjunto de afastamento

Senadores do DEM, PSDB, PSB, PT, PDT e alguns do PMDB se reuniram ontem de manhã para discutir a assinatura de um documento conjunto reafirmando o pedido de afastamento do senador José Sarney da Presidência do Senado. A adesão do PSB ainda dependerá da anuência do líder do partido, Antônio Carlos Valadares (PSB-SE).

À noite, o líder do PT, Aloizio Mercadante (SP), afirmou que seu partido não deve assinar a nota em conjunto com as demais legendas. “Há diferença entre renúncia e afastamento”, disse o senador, por meio de sua assessoria, à Agência Senado. Ele sublinhou que o PT defende o afastamento de Sarney para apuração de todas as denúncias contra ele.

O líder do DEM, José Agripino (RN), informou que 13 dos 14 senadores da bancada participaram da reunião. A posição

de manter o pedido de afastamento de Sarney da Presidência foi unânime, para que haja isenção nas investigações das denúncias e representações que se encontram no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. No conselho, informou o líder, o DEM votará pelo afastamento de Sarney. À tarde, em Plenário, Agripino também salientou não defender a renúncia, e sim a licença de Sarney do cargo de presidente do Senado.

Demostenes Torres (DEM-GO), informou o líder do DEM, foi designado pela bancada para examinar as 11 peças que estão no conselho – denúncias e representações – a fim de verificar se não há posicionamentos jurídicos incorretos.

Caso o presidente do conselho, Paulo Duque (PMDB-RJ), resolva arquivar as denúncias e representações, disse Agripino, o DEM entrará com recurso ao plenário

do conselho. Se for indeferido, a bancada recorrerá ao Plenário do Senado.

Na avaliação de Demostenes, Paulo Duque não tem competência para arquivar processos que configurem quebra de decoro parlamentar. As representações referentes aos atos secretos, ressaltou, terão de ser investigadas.

No que diz respeito à edição dos atos, o senador Wellington Salgado (PMDB-MG) defendeu a investigação também de gestões anteriores à de Sarney. A decisão de investigar, enfatizou, é política.

– Se é política, não vale para todos. Se é para valer para todos, vamos chamar também os outros no Conselho de Ética – disse.

Sérgio Guerra (PSDB-PE) afirmou que não haverá possibilidade de superar a crise que atinge o Senado com José Sarney na Presidência da Casa. Com o afastamen-

to, ressaltou, Marconi Perillo (PSDB-GO) assumirá a Presidência, em cumprimento à Constituição e ao Regimento Interno, para realizar a transição entre o atual e o futuro presidente eleito.

O parlamentar também condenou a discussão em Plenário entre os senadores Renan Calheiros (PMDB-AL) e Fernando Collor (PTB-AL) com Pedro Simon (PMDB-RS). Na opinião de Guerra, “os brasileiros merecem respeito pela figura pública de Pedro Simon”. Também o senador Cristovam Buarque (PDT-DF) comentou a discussão.

– Mais uma razão para eu achar que o senador Sarney deve renunciar: são os amigos dele – afirmou.

Cristovam disse que, apesar de a posição do PDT ser pela renúncia de Sarney, o partido vai apoiar o afastamento do presidente do Senado.



Genildo Magalhães

“Constituição do conselho já durante a crise contaminou todo o processo”, afirma Casagrande

Para Casagrande, seria ruim arquivar as representações

A investigação das denúncias contra o presidente da Casa, José Sarney, dentro das regras do Senado é a forma de pôr fim à crise na instituição, defendeu Renato Casagrande (PSB-ES). Ele disse que não pretende prejudicar ninguém, mas observou que o arquivamento de todas as representações seria “muito ruim” para o Senado.

Segundo Casagrande, o fato de o Conselho de Ética ter-se constituído já durante a crise “contaminou todo o processo”. De acordo com ele, “debates beirando a ameaça”, como o que ocorreu na segunda-feira, em Plenário, entre senadores contrários e favoráveis à permanência de Sarney, “só pioram a situação” da Casa.

– Precisamos buscar uma saída, compreendendo que cada um pode ter a posição que desejar, para a situação que nós estamos vivenciando.

Sérgio Guerra (PSDB-PE) disse que os conselhos de Ética não deveriam representar maiorias e minorias, mas sim examinar o mérito das denúncias apresentadas. Almeida Lima (PMDB-SE) culpou a imprensa por ter incentivado o “bate-boca”. Wellington Salgado (PMDB-MG) afirmou que um grande número de representações ao conselho pode enfraquecer o instituto e comprometer a imagem do Senado.



Waldemir Rodrigues

Virgílio considera improvável Senado superar crise sem o afastamento do seu presidente

Virgílio questiona tática usada por aliados de Sarney

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), questionou a tática dos aliados do presidente do Senado, José Sarney, para assegurar sua permanência no cargo. Ele pediu que Sarney refletisse sobre a possibilidade de de a crise da instituição ser superada sem o seu afastamento. Virgílio criticou os aliados de Sarney por ameaçá-lo com processo junto ao Conselho de Ética devido à licença remunerada de um de seus assessores para fazer um curso na Espanha.

– Será que dá para aceitar que o Conselho de Ética, posto como foi posto, recuse todas as ações propostas contra vossa excelência [Sarney] e aceite a contramão e este Senado funcione normalmente? – questionou Virgílio. Sarney prometeu responder hoje, em pronunciamento.

Na avaliação de Virgílio, o clima de tensão política instalado no Senado a partir da divulgação de denúncias contra Sarney tornou-se insustentável, sobretudo pela “ação sistemática de obstrução de votações realizada pelos partidos de oposição”. Em apertes, Jefferson Praia (PDT-AM) parabenizou Virgílio, e Epitácio Cafeteira (PTB-MA) disse que o senador tucano deixou claro que o Conselho de Ética “julga sob uma ótica política”.



Genildo Magalhães

Investigação deve ocorrer no menor tempo possível, na opinião de José Agripino

Agripino diz que espera ver consistência nos argumentos

A posição pelo afastamento de José Sarney da Presidência do Senado foi reafirmada pelas lideranças do DEM, PSDB, PT, PDT e dissidentes do PMDB em reunião realizada ontem, lembrou José Agripino (DEM-RN). O senador defendeu a investigação completa das denúncias contra Sarney pelo Conselho de Ética “no menor espaço de tempo possível” para que “o calvário” enfrentado pelo Senado seja encerrado. Do contrário, afirmou, a imagem e a dignidade da instituição só será recuperada em 2010, com a eleição de 54 novos senadores.

O líder do DEM disse ainda que os três senadores do partido votarão de forma uniforme no Conselho de Ética e que a sua legenda irá recorrer caso a decisão tomada pelo presidente do conselho, Paulo Duque (PMDB-RJ), seja a de arquivar as 11 representações encaminhadas contra Sarney.

– Se arquivar, vamos recorrer na hora ao plenário do conselho. Se derrotados, [vamos recorrer] ao Plenário do Senado – afirmou.

Agripino disse que gostaria de ver consistência nos argumentos que Sarney vem utilizando até o presente momento para rebater as denúncias que são feitas contra ele.

Conselho de Ética se reúne às 15h de hoje para decidir sobre representações

O presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado, Paulo Duque (PMDB-RJ), convocou reunião do colegiado para as 15h de hoje, quando deverá se pronunciar sobre as representações e denúncias contra José Sarney.

Duas representações do PSOL e três denúncias de Arthur Virgílio (PSDB-AM) foram apresentadas em 15 de julho, dois dias antes do início do recesso. Pelo regimento, o presidente do conselho tem cinco dias úteis para manifestar se aceita ou não as denúncias e representações – não são conta-



Paulo Duque, presidente do conselho: decisão está em suas mãos

dos os dias de recesso.

Durante o recesso, o PSOL protocolou uma terceira representação e o PSDB apresentou três.

Além disso, Virgílio protocolou outras três denúncias para que seja investigado o presidente do Senado, duas delas assinadas também por Cristovam Buarque (PDT-DF).

As ações pedem investigações sobre “atos secretos”; denúncias de desvio de verbas da Fundação José Sarney; empréstimos consignados concedidos a servidores do Senado com a interveniência de empresa do neto de Sarney; e sobre notícia de que o senador não teria declarado à Justiça Eleitoral uma casa onde mora em Brasília.



Genildo Magalhães

Valadares sugere que líderes definam uma agenda mínima de funcionamento

Valadares pede que a crise não paralise os trabalhos

A crise está paralisando as atividades da Casa, impedindo que os senadores apreciem matérias de interesse da sociedade, como ocorre com o trancamento de pauta ocasionado por medidas provisórias, disse Antônio Carlos Valadares (PSB-SE). “O Senado não pode parar!”, conclamou.

Segundo Valadares, a crise deve sim ser resolvida, mas sem comprometimento do andamento normal dos trabalhos da Casa, o que seria, em sua opinião, contrariar a sociedade. O senador propôs que as lideranças partidárias definam uma agenda mínima de funcionamento do Senado. Em apertes, Mário Couto (PSDB-PA) e Arthur Virgílio disseram que há projetos importantes que precisam ser apreciados.

Valadares também se disse preocupado com a proposta de redução da vazão mínima do rio São Francisco apresentada pelo Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico. O senador explicou que a vazão mínima a partir da Barragem do Sobradinho, no norte da Bahia, é atualmente de 1.300 metros cúbicos por segundo, “considerada o limite mínimo necessário para não prejudicar outros usos das águas do rio nem causar danos ambientais no Baixo São Francisco”.



Waldemir Rodrigues

Para Alvaro Dias, decisão do desembargador faz reviver período autoritário

Alvaro: censura ao *Estadão* é uma afronta à democracia

Alvaro Dias (PSDB-PR) lamentou em Plenário a decisão do desembargador Dácio Vieira, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, que determinou censura prévia ao jornal *O Estado de S. Paulo*, proibindo-o de divulgar qualquer informação tirada de escutas telefônicas da polícia que envolva o empresário Fernando Sarney, filho do senador José Sarney (PMDB-AP).

– A decisão é uma afronta à Constituição e ao Estado democrático de direito. A liberdade de imprensa é pilar fundamental da democracia e, quando a liberdade de imprensa falece, as demais estarão comprometidas. A decisão é um retrocesso e nos fez reviver o período autoritário – sustentou. O senador citou notas de repúdio divulgadas pela ABI e pela OAB e lembrou que o líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), representou no Conselho Nacional de Justiça contra o desembargador.

Alvaro lamentou ainda a resolução do presidente da Venezuela, Hugo Chávez, de tirar do ar 34 emissoras de rádio e o atentado de militantes chavistas à emissora de televisão Globovisión.

– Fica difícil admitir a Venezuela no Mercosul com uma afronta dessas à liberdade de imprensa – disse.



Paulo Paim lembra acordo que prevê deliberação da Câmara

Paim: fim do fator previdenciário deve ser votado este mês

Paulo Paim (PT-RS) lembrou acordo prevendo a votação na Câmara, ainda este mês, do projeto que extingue o fator previdenciário, que reduz o valor da aposentadoria. O senador recordou que, pelo acordo, a matéria irá à votação na segunda quinzena.

Paim disse que o presidente da Câmara, Michel Temer, lhe solicitou que ele conversasse com os líderes do governo naquela Casa, Henrique Fontana, e no Senado, Ideli Salvatti (PT-SC). Segundo o senador, ambos lhe disseram que o governo apresentará uma proposta sobre o fim do fator previdenciário e o reajuste dos aposentados.

Cavalcanti homenageia Djaci Falcão

Roberto Cavalcanti (PRB-PB) homenageou ontem o ex-ministro do Supremo Tribunal Federal Djaci Falcão, pelo seu 90º aniversário. O senador disse que, mesmo sendo um estado pequeno, a Paraíba teve dois ministros do STF simultaneamente. O outro foi Rafael Mayer.

– Coincidência espantosa é que esses dois eminentes juristas nasceram no mesmo ano de 1919, na mesma cidade de Monteiro e na mesma rua, a Getúlio Vargas. Partilharam, decerto, muitas brincadeiras e trilhamos caminhos que, seguindo paralelos ou se reencontrando, muito contribuíram para o engrandecimento de nossa cultura jurídica.



Cavalcanti destaca 90º aniversário do jurista paraibano e ex-ministro do STF

Em audiência na CAE, senador argumenta que empresa já equilibrou suas contas após a crise financeira mundial e aumentou sua carteira de novos pedidos de aeronaves

Suplicy pede readmissão de funcionários da Embraer

DURANTE AUDIÊNCIA PÚBLICA realizada ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) para discutir os problemas enfrentados pela Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer), o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) defendeu a readmissão dos mais de 4 mil empregados demitidos pela empresa, “tendo em vista o bom desempenho dela após a crise financeira mundial”.

Suplicy – autor do requerimento que resultou na reunião – argumentou que a Embraer já equilibrou as suas contas e chegou a aumentar a sua carteira de novos pedidos de aeronaves,

em especial jatos executivos. Recentemente, observou o senador, a empresa vendeu 56 aviões para o exterior, num valor estimado em cerca de US\$ 20 bilhões.

Horácio Aragonês Forjaz, vice-presidente de Assuntos Corporativos da empresa, negou que a carteira de novos pedidos tenha crescido, explicando que a Embraer está “fazendo de tudo para segurar o caixa e entregar dentro dos prazos os aviões encomendados”.

Aviação regional

O senador Eduardo Azeredo

(PSDB-MG) destacou a venda, pela Embraer, de novas aeronaves para as empresas aéreas regionais, enquanto Roberto Cavalcanti (PRB-PB), Delcídio Amaral (PT-MS) e Flexa Ribeiro (PSDB-PA) cobraram maior apoio do governo federal para o fortalecimento da aviação regional.

Horácio Forjaz afirmou que, nos últimos 20 anos, houve um decréscimo da aviação regional, incluindo a diminuição do número de aeroportos. Por isso, adiantou, o governo federal estuda encontrar novos caminhos para incentivar o setor.



Vivaldo Moreira, senador Garibaldi Alves (presidente da CAE), Luiz Antônio Dantas e Horácio Forjaz na audiência

“Crise provocou redução da atividade da empresa”

A indústria aeronáutica mundial não terá em 2010 um ano melhor do que o atual, quando enfrenta forte retração em suas atividades, disse Horácio Forjaz na audiência da CAE.

Ele informou que as previsões da Embraer para o ano de 2009, de vender entre 315 e 350 aeronaves, não se confirmaram, ocasionando uma redução de 32% na atividade industrial da empresa. Diante do quadro de crise, explicou, a empresa decidiu cortar 20% dos mais de 21 mil postos de trabalho, que representam 4.270 trabalhadores.

O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região, Vivaldo Moreira, no entanto, contestou a decisão, lembrando que a Embraer poderia ter adotado outras opções, como férias coletivas ou licenças remuneradas.

Horácio Forjaz refutou ainda declaração de Moreira de que a empresa especulou no mercado de derivativos e perdeu mais de US\$ 180 milhões, dinheiro que faltou para manter os empregos. Disse que a empresa tem mais de 90% de suas receitas em dólares, e por isso é obrigada a realizar operações para se proteger das variações do câmbio.

A audiência contou ainda com a participação de Luiz Antônio Dantas, superintendente da Área de Exportação do BNDES.

Senador apela em favor de acordo com metalúrgicos

Eduardo Suplicy saudou, em Plenário, a realização da audiência na CAE que debateu os problemas enfrentados pela Embraer.

– Gostaria de reiterar o apelo para um entendimento entre a Embraer e os metalúrgicos – afirmou o senador.

Presidente da CAE, Garibaldi Alves (PMDB-RN) disse que o diálogo poderá acarretar o reaproveitamento de alguns dos demitidos.

– Eu sei que da noite para o dia não se terá uma solução da reabsorção do pessoal, mas poderia haver um reaproveitamento de acordo com a recuperação econômica da empresa.

Crise no Senado

Suplicy voltou a sugerir que o presidente José Sarney se licencie do cargo para se defender das denúncias apresentadas contra ele ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.



Eduardo Suplicy



Segundo Mário Couto, quadrilhas estão atacando barcos e fazendas

Mário Couto quer ação contra piratas na ilha de Marajó

Mário Couto (PSDB-PA) anunciou o encaminhamento ao ministro da Justiça, Tarso Genro, de ofício solicitando “a adoção de medidas urgentes em socorro do estado do Pará”, para coibir a ação de piratas no arquipélago do Marajó. Segundo o senador, cerca de 60 embarcações e fazendas são assaltadas todo mês, causando “prejuízos incalculáveis à economia local e aos moradores”.

O parlamentar disse que os pescadores esportivos deixaram de frequentar a cidade turística de São Caetano de Odivelas, que se localiza na baía de Marajó, em decorrência da ação dos piratas.

Jefferson propõe garantia-safra na área da Sudam

Jefferson Praia (PDT-AM) defendeu da tribuna a aprovação de dois projetos que acaba de apresentar. Um deles, o PLS 322/09, estende a garantia-safra à área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam).

A outra proposta (PLS 329/09) institui bolsa em favor dos atletas-guia, “considerados como os olhos” de para-olimpícos das classes T-11 e T-12. Jefferson lembrou que esses para-olimpícos trouxeram dez medalhas dos Jogos de Pequim-2008, sendo quatro de ouro, uma de prata e cinco de bronze. Em Atenas-2004, haviam conseguido nove medalhas.



Projeto de Jefferson Praia cria bolsa para os atletas-guia

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por José Sarney • Marconi Perillo • Mão Santa • Adelmir Santana

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Ana Lucia Romero Novelli
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefe de Reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira
Edição: Valter Gonçalves Júnior e Raíssa Abreu

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Rafael Faria
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Fernanda Vidigal, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Pedro Pincer
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino
Arte: Cirilo Quartim, Claudio Portella, Diego Jimenez e Oscar
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Exedito cobra votação de PEC pela Câmara

Raupp defende incorporação de servidores



Expedito Júnior

Expedito Júnior (PR-RO) voltou a cobrar do presidente da Câmara, Michel Temer, a votação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 483/05, que transfere para a União os servidores civis do extinto território de Rondônia, transformado em estado em 1981. O senador lembrou que Temer prometeu colocar o projeto em votação no mês de agosto.

– Faltam 27 dias para terminar agosto. Vou entoar no Senado essa cantiga de grilo todo dia. Se o presidente da Câmara não colocar a proposta em votação, traremos para Brasília servidores para pedir a votação. Em Brasília, as coisas funcionam desse jeito. É preciso mobilização.



Valdir Raupp

Valdir Raupp (PMDB-RO) defendeu ontem a votação da proposta de emenda à Constituição que incorpora nos quadros da União os servidores de Rondônia. A PEC, de Fátima Cleide (PT-RO), foi aprovada no Senado no final de 2005. Ao comentar discurso de Expedito Júnior, Raupp lembrou seus esforços com o governo federal e as lideranças partidárias visando à aprovação da proposta na Casa. Ele se comprometeu também a se empenhar para que a PEC, no caso de receber emendas na Câmara dos Deputados, possa ser votada rapidamente ao retornar ao Senado.

Oficina que retirar peças sem autorização poderá ser punida

A Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor (CMA) aprovou proposta que inclui como infração penal no Código de Defesa do Consumidor a substituição e retirada de peças e componentes de veículos automotores sem autorização expressa do proprietário.

Segundo o PLC 143/08, esse tipo de delito acarretará pena de detenção de três meses a um ano e multa correspondente ao prejuízo causado ao proprietário do veículo – que é a mesma prevista pelo Código do Consumidor para furtos de objetos e peças – durante o período em que o automóvel se

encontra nas oficinas, seja para reparos ou simples proposta de orçamento.

O relator, Flexa Ribeiro (PSDB-PA), explicou, em seu parecer favorável, que a proposta será eficiente para reduzir a vulnerabilidade do consumidor, em especial no que diz respeito às atividades feitas dentro das oficinas de veículos, sempre realizadas longe dos olhos dos proprietários.

A CMA aprovou ainda projeto (PLC 196/08) de concessão que dá incentivos financeiros ou fiscais a empreendimentos de construção civil que utilizem práticas ecológica e sustentáveis.

CPI e empresas de cartões fazem acordo antipedofilia

Compras de pornografia infantil pela internet não poderão ser feitas com cartões. Empresas também se comprometeram a informar as autoridades sobre as operações

A COMISSÃO PARLAMENTAR de Inquérito da Pedofilia, a Associação Brasileira de Cartões de Crédito e Serviços (Abecs), o Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais de Justiça (CNPJ), a ONG Safernet, a Polícia Federal e o Ministério Público Federal assinaram ontem um Termo de Mútua Cooperação para prevenir e combater a compra e venda de pornografia infantil na internet.

A partir do acordo, as 40 empresas representadas pela Abecs – como Visa do Brasil, Redecard S.A., e Caixa Econômica Federal, entre outras – se comprometem a desenvolver mecanismos e ferramentas para bloquear operações financeiras ilegais de compra e venda de imagens e vídeos contendo cenas de sexo e pornografia envolvendo meninos e meninas. A maioria dos sites está hospedada em países da Ásia, além de outros do Leste



Magno Malta (D): “Abusadores de plantão saberão que estão sendo vigiados”

Europeu, chamados de “paraísos cibernéticos”.

As associadas à Abecs também deverão fornecer rapidamente, em até 20 dias úteis, com autorização judicial, informações e documentos para as investigações das autoridades brasileiras que envolvam a utilização de cartões de crédito para a comercialização da pornografia infantil. Elas preservarão os dados relativos

às operações com cartão por até cinco anos ou outro prazo definido pela lei brasileira.

– Os abusadores de plantão saberão que agora estão vigiados – disse Magno Malta (PR-ES), presidente da CPI da Pedofilia.

O relator, Demostenes Torres (DEM-GO), frisou que “o combate à pedofilia é dividido em dois momentos: antes e depois da CPI”.



Marina Silva e Renato Casagrande em reunião da Comissão de Meio Ambiente

Comissão debaterá exportação de lixo europeu para o Brasil

A CMA aprovou requerimento do senador Jefferson Praia (PDT-AM) para que a comissão examine a exportação para o Brasil de lixo em contêineres provenientes de países desenvolvidos, em especial da Europa. Deverão ser ouvidos os presidentes da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), Dirceu Raposo de Mello, e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama), Roberto Messias Franco.

A comissão também fará audiência pública a respeito da produção de transgênicos na agricultura brasileira. Segundo Marina Silva (PT-AC), hoje é praticamente impossível conseguir

a segregação da produção dos transgênicos da dos alimentos convencionais.

Ainda por iniciativa de Marina Silva, a CMA promoverá debate sobre a implementação e o processo de revisão da política ambiental do Banco de Desenvolvimento Social e Econômico (BNDES), tendo como enfoque os setores da pecuária e das grandes obras de infraestrutura na região amazônica.

Por sugestão do presidente da CMA, Renato Casagrande (PSB-ES), serão feitas duas audiências públicas distintas, com uma mesa sobre pecuária e outra sobre infraestrutura.

Aprovada a criação de Semana Nacional de Saúde na Escola

Com o objetivo de incentivar as escolas e as famílias a realizar exames na população escolar dos ensinos fundamental e médio, poderá ser criada a Semana Nacional da Saúde na Escola. A medida consta de projeto da senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) aprovado ontem na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

O projeto (PLS 70/08), que ainda será examinado em decisão terminativa pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), autoriza o poder público a promover exames de saúde nos alunos matriculados em escolas públicas e privadas. O exame, a ser realiza-

do em parceria com o Sistema Único de Saúde (SUS), incluirá, ao menos, avaliações de saúde bucal e nutricional, além de acuidade visual e auditiva. A proposição também institui a Semana de Saúde na Escola, celebrada anualmente na primeira semana de agosto.

– Muitas crianças que já foram consideradas menos capazes e menos inteligentes tinham, na verdade, problemas auditivos e visuais – observou o senador Augusto Botelho (PT-RR), relator da matéria.

A comissão rejeitou emenda da Câmara dos Deputados a projeto (PLS 354/99) do ex-senador



Marisa propõe a realização de exames visuais e auditivos nas escolas

Lúcio Alcântara que instituiu o Dia Nacional de Luta contra Queimaduras. A CE acolheu ainda a realização de debate sobre o patrimônio cultural subaquático brasileiro e conferência com o psicólogo francês Claude Schauder sobre a saúde mental materno-infantil.

Osmar Dias quer partilha de contribuições

Valter Pereira teme centralização na saúde



Osmar Dias

O senador Osmar Dias (PDT-PR) defendeu a aprovação da proposta de emenda à Constituição (PEC 50/05) de sua autoria que destina aos fundos de participação dos estados e dos municípios 10% do produto da arrecadação das contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico. Ele solicitou à Mesa a inclusão da matéria na pauta do Plenário.

Osmar Dias cumprimentou a senadora licenciada Patrícia Saboya (PDT-CE) pela nova Lei Nacional de Adoção, sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A lei é proveniente de um projeto da senadora.



Valter Pereira

Valter Pereira (PMDB-MS) condenou da tribuna proposta do Fórum de Secretários de Saúde de impedir que municípios pobres possam contratar serviços hospitalares, obrigando a sua população a procurar os hospitais das capitais e das grandes cidades. Segundo a proposta, o dinheiro repassado pelo governo federal para a área de saúde iria para esses municípios maiores.

– A pretensão é esdrúxula e descabida. Acarretaria mais obstáculos burocráticos e maior morosidade – disse. Ele pediu ao ministro da Saúde que não aceite a ideia.

Especialistas disseram à Comissão de Agricultura que a falta de uma definição legal clara para enquadrar o produtor rural tem prejudicado o setor

CRA muda conceito de propriedade rural produtiva

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) confirmou ontem a aprovação, em votação em turno suplementar, de texto alternativo ao projeto que modifica a definição de propriedade rural produtiva utilizada para fins de reforma agrária. A proposta acolhida delegou ao Congresso Nacional a competência para aprovar os parâmetros, índices e indicadores que vão embasar esse conceito de produtividade.

O projeto (PLS 202/05), da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), teve como relatora a senadora Kátia Abreu (DEM-TO), que elaborou o substitutivo. A proposta recebeu decisão terminativa da CRA. Com isso, seguirá diretamente para a Câmara dos Deputados, a menos que haja recurso para votação no Plenário do Senado.

O texto também define que os parâmetros, índices e indicadores de produtividade serão ajustados periodicamente pelos ministérios do Desenvolvimento Agrário e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, além de estarem amparados em estudos do Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária e em avaliação do Conselho Nacional de Política Agrícola.

O substitutivo manteve, do projeto original, a fixação do prazo de dois anos, para culturas temporárias, e de cinco anos, para culturas perenes e de exploração pecuária, para que as propriedades rurais se ajustem aos novos parâmetros.

A mudança de conceituação vai permitir, conforme assinou Kátia Abreu, conciliar as políticas agrícola e agrária no país.

Comissão vai debater registro de agroquímicos

O senador Gilberto Goellner (DEM-MT) solicitou à CRA a realização de audiência pública sobre os processos de registro de produtos agroquímicos. O debate, em data a ser marcada, deverá contar com as presenças do diretor-presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), Dirceu Raposo de Mello, e de representantes do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

Outro requerimento, também aprovado na reunião de ontem da Comissão de Agricultura, cobra uma posição do ministro de Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo, sobre ações da pasta em relação ao Horto Florestal do município de Limeira (SP). A área está sendo alvo, segundo o requerimento, de "constantes invasões de terra promovidas pelos integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)".



Fábio Meirelles (E), senador Valter Pereira, Denis Rosenfeld e Fernando dos Santos em debate na Comissão de Agricultura

Estatuto deve definir perfil do produtor, dizem debatedores

O ESTATUTO DO Produtor Rural deve ser elaborado com base no perfil do verdadeiro produtor, aquele que tem vocação para trabalhar a terra. A tese foi defendida ontem por especialistas convidados para debater, na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), o projeto de lei que cria o estatuto.

O projeto (PLS 325/06), do senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), tem como relatora a senadora Kátia Abreu (DEM-TO), que solicitou a realização de uma série de audiências sobre o assunto, iniciada ontem.

Para o juiz e especialista em direito ambiental Fernando Humberto dos Santos, o estatuto deve ser regulamentado de forma a adequar a distribuição de terras às pessoas que verdadeiramente tenham perfil de produtor.

– Não me parece que isso esteja acontecendo e é por isso também que os assentamentos têm fracassado – afirmou Santos.

Para o juiz, as terras, hoje, têm sido disputadas, em geral,

por pessoas despreparadas, muito mais interessadas em se tornarem grandes fazendeiros e assumirem um papel político do que propriamente trabalharem com a terra.

Outro que defendeu a definição de um perfil para o verdadeiro produtor rural foi o representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Fábio Meirelles Filho. A falta desse perfil, segundo afirmou, estimula a invasão de terras. Ele ressaltou que, atualmente, para se manter na atividade, os produtores rurais estão passando por muitas dificuldades e até mesmo sendo penalizados por falta de critérios adequados para medir o índice de produtividade e definir o direito à terra e as garantias em relação a problemas como rentabilidade, inflação e clima, entre outros.

– Para ter sustentação, o estatuto tem que atender às condições específicas do produtor rural. Mas o que está regendo hoje o mercado é o interesse

comercial – criticou o representante da CNA.

Insegurança jurídica

A insegurança jurídica com relação à titularidade da terra, principalmente frente às desapropriações para reforma agrária, reservas indígenas e quilombolas, tem sido, na opinião do sociólogo e professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul Denis Rosenfeld, um dos principais entraves para o produtor rural.

– É de espantar o produtor rural produzir neste país com essa insegurança jurídica – disse ele.

Rosenfeld sugeriu que os assentamentos agrários passem também por avaliações de índices de produtividade, da mesma forma como já é exigido aos proprietários de terras. Para incentivar o empreendedorismo rural, caberia, conforme sugeriu, a emancipação dos assentamentos, por meio da titularidade da terra àqueles que apresentarem vocação para o campo.

Kátia Abreu condena índice de produtividade

No debate na CRA, a senadora Kátia Abreu, relatora da proposta que cria o Estatuto do Produtor Rural, criticou o índice de produtividade exigido do produtor rural como garantia para a não desapropriação da terra para fins de reforma agrária. Segundo explicou, é justamente o direito à propriedade que move os produtores a investir na terra, mas o problema, conforme ressaltou, é ter recursos suficientes para empregar as tecnologias necessárias a fim de atingir a produtividade desejada.

– Esse índice de produtividade trata os produtores rurais como se fossem burros, como se não soubessem tratar das suas próprias propriedades. Queríamos, sim, ter o dinheiro necessário para investir em todo o tipo de tecnologias para nossas propriedades – afirmou a senadora, que também é produtora rural.

De acordo com o senador Antônio Carlos Valadares, seu projeto tem preocupação com os preceitos constitucionais. Começa, segundo explicou, definindo que o produtor rural busca o lucro para a sua própria subsistência, mas também deve estar atento ao fato de que a propriedade tem uma função



Kátia (D), com os senadores Flexa Ribeiro, Gilberto Goellner e Marisa Serrano

social, conforme exige a Carta Magna.

– O estatuto prevê a proteção ao produtor rural por meio de ações que têm que ser observadas, como as relativas ao meio ambiente, ao seguro agrícola, ao financiamento rural, à função social e à assistência técnica e rural. Com o estatuto, o produtor rural terá uma referência mais política e social para a sua atividade – explicou o autor do projeto.

Segundo Gilberto Goellner (DEM-MT), o estatuto precisa garantir ao produtor rural segurança jurídica para investir na terra.

– A forma como se produz

hoje gera uma insegurança jurídica muito grande ao produtor. O preço mínimo exigido é o mesmo dos últimos 15 anos, mas tudo aumentou nesse período – criticou.

Jayme Campos (DEM-MT) lembrou que quem trabalha na área agropecuária, hoje, está vivendo um "momento crítico". Valter Pereira (PMDB-MS), presidente da CRA, afirmou que a comissão tem o papel de contribuir para a elaboração de uma legislação que beneficie o homem do campo.

– Precisamos garantir a paz e a segurança jurídica para o produtor rural – disse o parlamentar.

Projeto garante direitos a produtores

O projeto do senador Antônio Carlos Valadares define o produtor rural como a pessoa física ou jurídica que explora a terra, com fins econômicos ou de subsistência, por meio da agricultura, da pecuária, da silvicultura, do extrativismo sustentável e da aqüicultura, além de atividades não agrícolas que contribuam para o desenvolvimento da agricultura e para o progresso do meio rural, respeitada a função social da terra.

Os principais pontos do Estatuto do Produtor Rural (PLS 325/06) são os seguintes, conforme justificação feita pelo autor:

- **Crédito rural:** estabelece prazo máximo de 30 dias para apreciação, pelas instituições, dos pedidos de financiamento feitos por produtores rurais. Além disso, proíbe que a concessão de crédito rural seja condicionada à contratação de produtos ou serviços bancários estranhos à atividade agropecuária financiada.

- **Assistência técnica:** determina que a assistência técnica e a extensão rural públicas são direitos de todo produtor rural.

- **Seguro rural:** estabelece que o seguro rural, com custo compatível com a rentabilidade da atividade agropecuária, é direito do produtor, desde que sejam respeitadas as regras de local e data de plantio constantes do zoneamento agrícola anual.

- **Preço mínimo:** estabelece o preço mínimo suficiente para cobrir os custos de produção como direito do produtor. Equipara o produtor rural ao consumidor, para fins de aplicação do Código de Defesa do Consumidor.

- **Acesso à terra:** reafirma o princípio constitucional da função social da terra.

- **Meio ambiente:** estabelece como dever do produtor rural a exploração sustentável da terra e a preservação do meio ambiente. Determina que o produtor não pode ser responsabilizado pela degradação do meio ambiente da qual não tenha tido participação direta, mas não o exime da obrigação de recuperar as áreas degradadas, de forma progressiva, no prazo de até dez anos.

- **Saúde:** determina que cada comunidade rural deve ter, obrigatoriamente, pelo menos uma unidade de saúde, com presença de agente de saúde e de enfermeiro em tempo integral, e de médico em tempo parcial ou integral.



Antônio Carlos Valadares reforça preceito de função social da terra